

## A cultura e a cidade como bem comum: os casos italianos do Teatro Valle Occupato em Roma e M<sup>A</sup>C<sup>A</sup>O em Milão

Laura Burocco

### Introdução

Em uma evento ocorrido em maio de 2014 no Rio de Janeiro, uma palestrante comenta a tomada das ruas por parte dos manifestantes cariocas nas chamadas “Jornadas de Junho” (em referência a junho de 2013) dizendo: “O que a gente que está na rua quer? Quer ter respeitado o próprio direito à vida! Queremos viver de forma tranquila, andar seguro nas ruas, não ter que trabalhar loucamente por não ter tempo por nada.”<sup>64</sup>

Imediatamente, pensei nos primeiros anos da década de 2000, quando da introdução do *co.co.pro*, o *contrattodicollaborazione a progetto* (contrato de colaboração a projeto), sistema que mudava radicalmente as relações de trabalho na Itália, pondo fim a uma série de direitos trabalhistas e também trazendo a piora das condições de vida de muitos jovens e não-trabalhadores em troca da tão desejada flexibilidade que, apesar de ser vista como positiva em muitos aspectos e por muitos jovens profissionais, acabou se revelando uma faca de dois gumes. Assim, a frase pronunciada pela palestrante ecoava em mim mais que como uma reclamação do que como um grito de alarme, já escutado e vivenciado pessoalmente em tantas conversas sobre tempo, qualidade de vida, reconhecimento, finanças e felicidade em 2003, quando decidi sair da Itália.

Além disso, o que despertou a minha atenção foram as razões que levaram a palestrante, convidada para debater sobre a temática de moradia como explicitação do direito à cidade, um argumento amplamente debatido nos últimos anos nas cidades brasileiras, iniciou a fala dela com uma colocação sobre trabalho, tempo, qualidade de vida.

---

64 A pergunta foi feita por Mariana Medeiros, ativista carioca, durante a conferência “A Cidade e o Levante da Multidão” realizada na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), no dia 28 de maio de 2014, com a participação de Antonio Negri. Muitas das observações tratadas neste artigo trazem apontamentos de uma série de colóquios com o sociólogo italiano organizados naquela semana de sua estada no Rio.

As respostas vieram logo em seguida, quando Antonio Negri coloca ampla ênfase na questão do trabalho, do comum, e da extensão/transferência da fábrica à cidade entendida como o conjunto das ações e relações sociais nela existentes. Nas suas palavras:

*O modo de produção capitalista, não é mais apenas da fábrica, mas mudou-se para a forma de agir da sociedade. A sociedade manifesta a sua atuação dentro do trabalho, e a forma de trabalhar influencia a vida do indivíduo. Porque hoje não trabalhamos mais, vivemos trabalhando dentro deste viver que em nós resiste, é dominado e tenta resistir.<sup>65</sup>*

O trabalho vai agora, além do trabalho. Vai além dos horários predefinidos da fábrica. O que um trabalhador flexível faz é trabalhar sempre. Não existe mais sábado ou domingo, nem horários dentro dos quais se pode ou não estar disponível. A disponibilidade, uma vez atribuída apenas a categorias específicas de profissionais, parece agora ter se tornado a norma a ser oferecida por parte de todos os trabalhadores aos próprios clientes, ou chefes. A liberdade do trabalhador é trocada pelo celular, o carro da empresa. O trabalhador ganha o carro, mas perde o tempo. Em relação ao pagamento, antes chamado salário, a ilusão do trabalhador flexível de ganhar mais, aparece apenas como distorção da realidade quando, sendo verdade que os pagamentos são mais altos, mas não compensam menos benefícios trabalhistas que a “carteira assinada” garantia (pensa-se, por exemplo, na situação de mulheres com filhos, ou nos efeitos na empregabilidade de mulheres “em risco” de engravidar). Os conceitos tratados remetem ao que o filósofo francês Michel Foucault (1988) define como biopoder, ou seja, o controle do Estado exercido não apenas sobre as ideologias e a consciência, mas também sobre o corpo dos indivíduos.

Neste sentido, quando a palestrante declara querer ter respeitado o próprio direito à vida, pode estar se referindo à gestão do próprio tempo, da própria afetividade e, principalmente, do próprio corpo. Na minha experiência pessoal, assim como aquela de pessoas próximas de mim, o grito de alarme foi lançado em defesa de vidas que se viam reduzidas a uma quase exclusiva função produtiva, e não pelo prazer da criação/criatividade pessoal, mas para satisfazer um ritmo produtivo cada vez mais desumanizante, ou para dar conta de uma situação econômica que não oferecia escolha a não ser duplicar ou triplicar dentro de um, dois, três co.co.pro, a fim de conseguir pagar as próprias contas básicas. Não estamos longe

---

65 Antonio Negri, fala na conferência “A Cidade e o Levante da Multidão”, Rio de Janeiro, maio de 2014.

da atual situação vivenciada por muitos trabalhadores que moram nas principais cidades brasileiras.

Existe, contudo, uma diferença entre a visão de Foucault e a visão de Negri em relação ao biopoder. Se Foucault desenvolve uma visão pessimista de uma sociedade formada por indivíduos reprimidos e controlados, Negri reverte este poder em uma potência positiva que se manifesta nos êxodos, nas formas alternativas de resposta que a multidão, formada por um conjunto de singularidades, tem a capacidade de criar como resposta. O biopoder e a biopolítica são pensados em termos positivos, como força vital, ontológica e constitutiva. Assim, Negri afirma:

*Quando as relações pessoais do dia a dia vêm sendo influenciadas e oprimidas pelas regras do mercado, cria-se uma resistência que não é movida pela consciência do bem que emerge, mas porque o mesmo desenvolvimento capitalista em exigir uma convivência forçada acaba criando uma nova antropologia humana. (NEGRI, 2014)*

Para fugir desta alienação as pessoas criam novas formas de autonomia da vida, novos movimentos sociais criadores de liberdades através da definição de um “nós” que seja subversivo para construir e não, pelo contrário, para destruir. O resultado é a definição de um poder constituinte mais forte do que um poder destituente, animador de uma vontade de desenvolvimento que vai muito além da criação de riqueza porque baseado na criação de um novo capital cognitivo, que se baseia não apenas na visão da mercadoria como geradora de capital único, mas no reconhecimento que o conhecimento, as relações e a informação (competências cognitivas e relacionais) seriam as principais fontes de geração de valor. (LAZZARATO, 2003)

Apesar de a palestra ter acontecido no Rio de Janeiro, em um contexto onde este poder constituinte está se manifestando de diferentes formas ao redor da cidade, quero tratar neste artigo de duas experiências ocorridas na Itália – no Teatro Valle, em Roma e no M<sup>U</sup>C<sup>U</sup>O em Milão – que, voltando à minha reflexão sobre a fala da militante carioca, vejo como o resultado (não a conclusão) de uma trajetória dos “novos movimentos” que começaram na Itália desde 2000, sendo o mais conhecido San Precario, o santo protetor dos trabalhadores precários, e o May Day, a *street parade* que agora se realiza em muitas cidades europeias com altíssima adesão a cada dia primeiro de maio como comemoração /paródia do dia dos trabalhadores.<sup>66</sup> As duas experiências representam uma antropologia humana

---

66 Para mais informações sobre San Precario e May Day, cf. Barbara Szaniecki (2014), p. 86-95.

que assume o conhecimento como um bem coletivo – um comum – cuja troca não implica perda mas ao contrario contribui para aumentar o valor próprio do conhecimento em um processo de construção em continuo movimento.

No artigo pretendo focar no entendimento da cultura como um bem comum; no valor do trabalho coletivo entendido como um trabalho vivo capaz de produzir um surplus; e na relação entre cultura e direito à cidade assim definido por David Harvey (2008) como um “um direito coletivo mais que um direito individual, já que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre os processos de urbanização”.

### **Os casos do Teatro Valle Occupato e do M<sup>^</sup>C<sup>^</sup>O: histórico do processo de ocupação**

O Teatro Valle Occupato em Roma e o M<sup>^</sup>C<sup>^</sup>O em Milão tornaram-se, especialmente o Teatro Valle pelo seu compromisso desde abril de 2014 na formulação do comum dentro de uma definição jurídico legislativa, uma referência na Europa na gestão do comum.

Tudo começou com a publicação, em julho de 2011, de um documento de critica à gestão da cultura e das profissões artístico culturais por parte das instituições do governo italiano, assinado por um coletivo chamado “*Lavoratori dell’Arte*” (Trabalhadores das Artes).

*A falta de ética profissional, a total incapacidade de estabelecer critérios objetivos de avaliação para o reconhecimento dos trabalhadores culturais, a intencional falta de mudança geracional, a exaltação de indivíduo em detrimento de formas de trabalho que desencadeiam processos colaborativos e, finalmente, a falta de atenção sistemática para práticas que não sejam de natureza econômica e do mercado, não só na Itália levou não apenas a um sistema incapaz de abrir-se para a menor mudança, mas também a processos irreversíveis induzidos de desprofissionalização, criando as condições para uma separação perigosa entre esfera pública e da produção cultural. Mais. Além disso, a continuação da implementação dessas modalidades, muitas vezes invalida qualquer tipo de oposição, sufocando a confiança na mudança e tornando vácuos todos os esforços para persegui-la.”<sup>67</sup> (tradução livre)*

---

67 Documento dei Lavoratori dell’Arte – 22/07/2011, Versão original em italiano disponível em: <http://www.undo.net/it/my/d903714347694af092af40046b9d45b2/54/117>. Acessado em julho de 2014.

A carta descreve uma situação de frustração dos profissionais das áreas das artes e da cultura que leva os mesmos à formulação de uma proposta de uma solução alternativa (poder constituinte).

*Em resposta à situação acima, os trabalhadores dos sectores das artes e cultura questionaram os processos institucionais de produção cultural, levantando questões sobre a relação entre arte e esfera pública. A incapacidade das instituições para criar um sistema capaz de suportar a nova geração deu origem ao surgimento de grupos autônomos e auto-organizado, a fim de proporcionar alternativas reais e destacar as limitações e deficiências das próprias instituições.*

As críticas são direcionadas às condições trabalhistas, (precárias ou flexíveis dependendo da angulação que se quer olhar); à falta de recursos pela realização e pela pesquisa, que acaba forçando os trabalhadores da arte a se autofinanciar e de certa forma a elitizar o trabalho criativo e intelectual, ou até desistir ou ter que sair do país por causa da falta de reconhecimento do próprio capital cognitivo (é o caso da chamada “fuga de cérebros”). As demandas são pelo reconhecimento de uma economia que permita uma produção realmente independente, no respeito da liberdade de expressão, fora de uma lógica de acúmulo e de lucro, e se juntam a uma vontade de denunciarem a desvalorização da cultura italiana. “Investimos para manter o nosso papel e, em troca, recebemos o pagamento de uma infinidade de subprodutos do que sabemos fazer. Subprodutos, que compõem o verdadeiro mercado da indústria da cultura italiana.”

A carta foi publicada cerca de um mês depois da ocupação do Teatro Valle em Roma (14 de junho de 2011) por parte de trabalhadores das artes e da cultura que exigiam que o Teatro fosse mantido em funcionamento e público através da participação popular com uma gestão transparente. O mesmo ato físico de ocupar é considerado como uma prática política coletiva, um gesto de reapropriação e de estabelecimento de um espaço público de discussão que quer propor um novo processo constituinte: a ativação de outra forma de fazer política que não precisa de delegação; a construção de outra maneira de trabalhar, criar e produzir e dar vida a uma ideia de direito que vai além do Estado de Direito.



Foto: Teatro Valle, Roma

fonte: <http://fforfuture.wordpress.com/2013/01/11/tv-come-teatro-valle-occupato/>

Três elementos chamam a atenção nestes novos movimentos: a tomada de consciência de como os trabalhadores das artes são explorados, exatamente como qualquer outro trabalhador precário, que leva à pergunta sobre os porquês da incapacidade deste setor em se identificar, e se juntar, com os protestos e lutas dos outros trabalhadores; o reconhecimento da produção artística e cultural como uma produção comum, ou seja, como fruto do encontro entre a singularidade do artista e a dimensão social, cooperante e coletiva; a afirmação desta produção comum contra a sua apropriação privada, reconhecendo plenamente o caráter social, reticular e comum do ato de criação e de fruição da cultura.

Depois de dois anos e meio da ocupação e a constituição da “Fundação Teatro Valle Bem Comum” em setembro de 2013, cada vez mais se definindo como uma vanguarda na Itália e na Europa na discussão sobre a definição política e jurídica dos bens comuns, as formas de governança, o estado da doutrina e da jurisprudência, e das decisões administrativas para serem utilizados como precedentes práticos e teóricos. Um dos resultados deste compartilhamento de inteligência política e de participação é a Assembleia Constituinte da Câmara dos Comuns, realizada em maio de 2014 em Nápoles. A Assembleia reabre a discussão trazida pela Commissione Rodotà<sup>68</sup> que em 2007 já propunha uma reforma do

68 Disponível em: [http://www.giustizia.it/giustizia/it/mg\\_1\\_12\\_1.wp?previousPage=mg\\_1\\_12&contentId=SPS47624](http://www.giustizia.it/giustizia/it/mg_1_12_1.wp?previousPage=mg_1_12&contentId=SPS47624).

Livro III do Código Civil de Propriedade e avança em novos desdobramentos.<sup>69</sup> Neste momento, o Teatro está fechado para reforma pelo Ministério da Cultura e pela Soprintendenza (o correspondente do IPHAN na Itália) e se decidiu prosseguir com a redação de uma Convenção, através de um processo público e compartilhado, entre a Associação Teatro di Roma e Fondazione Teatro Valle para cobrir o projeto de melhoria do Teatro Valle. Foi acordado um cronograma de três áreas: jurídica, técnica e de gestão; processos participativos; desenho artístico cultural. Este acordo expressou a determinação de transformar também esta etapa de reforma do espaço físico em um processo de formação e participação dos cidadãos, e por isto foi requerido o reconhecimento jurídico da Fundação com o intuito de criar um observatório sobre as obras em sinergia com o projeto Cantiere Scuola. A Fondazione Teatro Valle Bem Comune continua suas atividades através de reuniões e grupos de trabalho, reorganizando projetos de produção e treinamento de forma independente e temporariamente nômade.

Seguindo a experiência do Valle, o coletivo M<sup>^</sup>C<sup>^</sup>O (Macao) levantando questões parecidas, ocupa entre 5 e 15 de maio de 2012 a Torre Galfa em Milão.



Foto: Torre Galfa, Milão

fonte: <http://art-leaks.org/2012/05/12/macao-belongs-to-everyone-lets-protect-it/>

---

69 Mais informações estão disponíveis em: <http://www.exasilofilangieri.it/2014/05/10/sabato-10-5-fatti-bene-costituente-dei-beni-comuni-napoli/>.



A ocupação teve um valor simbólico pela escolha do prédio localizado no epicentro financeiro e representativo da cidade e – também por isso – teve muito curta duração. Apesar de ninguém que teria alguma chance de permanecer no arranha-céu, os cinco dias criaram um importante momento de mobilização interna em relação às pessoas mais próximas do M<sup>^</sup>C<sup>^</sup>O e de adesão externa do grupo a uma rede de indivíduos difundida por toda a Itália para substanciar a ideia de cultura como um bem comum.

Na experiência de Macao, a cidade, assim como as artes e a cultura, se torna um comum para ser preservado e compartilhado. O simbolismo da torre: “um vácuo arranha-céu, inerte, inútil para o tecido social, um símbolo da lógica insensível e arrogante de especulação, retorna à cidade, resgatado por uma multidão de cidadãos que querem demonstrar como é possível se imaginar e construir uma forma diferente de fazer arte, cultura e pesquisa cooperando”.<sup>70</sup> “Nós não queremos um espaço com implicações anteriores, como um museu, um teatro ou um cinema, e nós não queremos apenas reapropriar um espaço público usado para a cultura. (...) Levantamos o nosso jogo porque estamos interessados em um conceito artístico e cultural, que é muito mais amplo e ligado ao tecido urbano e social”.

*Queremos mostrar como a indústria cultural produz disparidade, em Milão, assim como em outros lugares, tanto no trabalho quanto no tecido urbano. O que a economia-evento deixa no chão – a partir da Feira de Móveis até a EXPO, a Bienal de Veneza e do Fórum delle Cultura em Nápoles? Basicamente nada, nem para os cidadãos ou sequer para os chamados criativos. Ele exige trabalho de graça e ocupação de espaço público. Produz gentrificação.*

As declarações de algumas pessoas que participam do Coletivo evidenciam um interesse maior nas questões relacionadas às transformações urbanas, à utilização e consumo de espaço público e aos fenômenos de gentrificação de bairros centrais populares (como Isola ou Calvairate), pelos quais a cidade de Milão está passando também em consequência do megaevento previsto para 2015, a Exposição Internacional.

Após a expulsão da Torre, no dia 15 de maio 2012 Macao continua seguindo uma vontade denunciatória das contradições que compõem a cidade ocupando o Palazzo Citterio, um edifício do século XVIII situado no centro histórico de Milão e abandonado por 40 anos. O edifício está incluído no projeto “Grande Brera” que quer transformar a Academia de Belas Artes e a Pinacoteca em um

70 Todas as declarações foram extraídas do *website* do M<sup>^</sup>C<sup>^</sup>O: <http://www.macaomilano.org/>.



museu estilo “Louvre Italiano”. O projeto fracassou devido ao sistemático desvio de milhões de euros destinados à construção do museu, por parte dos responsáveis (públicos e privados) pela obra. Esta ocupação também dura apenas dois dias, mas cria um caso político e determina uma forte oposição, seja do setor político, seja da mídia (controlada pelo primeiro ministro), ao ponto de o Ministério da Cultura enviar o exército para desocupar o palácio.

Mesmo assim, no dia seguinte à evacuação do Palazzo Citterio, Macao – ao invés de desistir, espalha-se pela cidade, assumindo uma configuração nômade, mantendo reuniões e grupos de trabalho itinerantes, reforçando a estrutura organizacional interna e refletindo sobre padrões de produção e práticas democráticas internas. Após cerca de um mês de movimento errático pela cidade e diferentes encontros com representantes da municipalidade de Milão, no dia 16 de junho Macao entra na antiga Bolsa do Matadouro, em Viale Molise, um prédio Art Nouveau sem uso durante anos, também destinado – similarmente ao Palazzo Citterio – a um projeto de reforma nunca sequer começado.



Foto: MACAO no Matadouro, Milão. Laura Burocco, janeiro 2014

Nesta nova ocupação, a composição de Macao é mais heterogênea do que a inicial e permanece compacto o desejo de produzir e promover arte, e não apenas de se tornar um palco de exibicionismo artístico e intelectual.

Nas assembleias destas ocupações se discute principalmente sobre participação, democracia, e as regras que garantam a todos o direito de se expressar e de contribuir para um crescimento comum. Não há como entender cultura se não como o aprimoramento da contribuição do conhecimento, da experiência mas, sobretudo, “do vivido”, dos sentimentos e paixões de todos que contribuem para um resultado comum. Da mesma forma, não pode se entender democracia como um mero conjunto de regras, mas deve-se entender como um sistema de partilha de conhecimentos – tanto especializado quanto prático – que requer que o indivíduo coloque o próprio rosto, o próprio corpo, assim como a modalidade das ocupações deixa evidente. As mulheres e os homens (“jovens”, como são chamados pela mídia) que participam de Macao não estão à procura de um espaço aonde se fechar e desenvolver as suas atividades; eles querem “abrir aos cidadãos” uma série de espaços na cidade que a propriedade, tanto pública como privada, tem mantido sequestrados por décadas. “Temos de tomar os espaços públicos e transformá-los em um lugar político” afirmam integrantes de Macao. O ponto de partida parece ser a necessidade de minar a ideologia do individualismo e da propriedade privada. Por esta razão, essas práticas de reapropriação, cuidados e devolução dos bens comuns (ou seja, não individuais), representam uma forma de acesso não baseadas na propriedade, mas sobre o uso e sobre relações coletivas e cooperativas.

Assim como o Teatro Valle organizou o encontro “*La Costituente dei Beni Comuni*” realizado em Nápoles em maio 2014, para falar da definição de novas formas jurídicas do comum Macao organizou uma pesquisa interna cujo título “69.300 horas” faz referência às horas de “*surplus*” de atividade que as pessoas investiram na criação daquele espaço. Os resultados da pesquisa foram apresentados num seminário público e oferecem uma identificação de quem são as pessoas que estavam participando do processo coletivo<sup>71</sup>. Os resultados falam que mais de 70% são agentes culturais; 30 a 35% deles recebe um salário abaixo da linha de pobreza (300,00 euros por mês), enquanto outros 30% acima de 2000 euros. O que deixa a pergunta sobre as razões da falta de uma faixa intermediária, com salários de cerca 800 euros por mês.

---

71 Mais informações disponíveis em: *La costituente dei beni comuni*, Napoli <http://www.exasilofilangieri.it/2014/05/10/sabato-10-5-fatti-bene-costituente-dei-beni-comuni-napoli/>; e *La produzione artistica e culturale nella città fabbrica, sistemi di cattura e pratiche di lotta*, Milano [http://issuu.com/macao milano/docs/69300\\_ore?e=6047552/8132068#search](http://issuu.com/macao milano/docs/69300_ore?e=6047552/8132068#search).

## O que as duas experiências trazem para o debate

O que aproxima as experiências do Teatro Valle e do M<sup>^</sup>C<sup>^</sup>O pode ser resumido na novidade desta nova temporada: a coincidência entre cultura, democracia e participação. A mudança não tem donos e nem chefes; é feita de forma coletiva e quer atribuir um diferente sentido ao tempo dentro da produção.

O Teatro Valle, assim como o M<sup>^</sup>C<sup>^</sup>O, tornam evidente a afirmação do comum (seja com uma maior referência à cultura ou à cidade), como um elemento central da mudança que se opõe a um modo de vida construída e dominada pela produção de subjetividade capitalista, exclusivamente baseada na capacidade de produção entendida como relação trabalho/mercado.

Mas o que define o comum? É possível, neste contexto, identificar duas abordagens distintas: uma italiana, que tende a dar uma definição dentro de um quadro jurídico teórico; outra anglo-saxã, inspirada na experiência dos movimentos sociais de oposição à política neoliberal que assumem uma expressão no movimento *No Global*.<sup>72</sup> Na Itália, Stefano Rodotà, define o comum como: “Os bens comuns são aqueles bens funcionais ao exercício dos direitos fundamentais e ao livre desenvolvimento da pessoa, e devem ser protegidos e preservados em favor das gerações futuras.”<sup>73</sup>

Guido Viale expressa uma definição do comum ligada à questão da impossibilidade de privatização do mesmo:

*O bem comum é um recurso de cuja utilização ninguém pode ser excluído sob pena de privação (pela pessoa excluída) de um componente essencial dos seus direitos de homem e do cidadão. Assim, no mundo moderno, juntamente com recursos que são condições essenciais da vida e da sua reprodutibilidade, tais como a água e o ar, você pode colocar produtos artificiais, como o acesso à energia elétrica, mobilidade, serviços de saúde, ou faculdades superiores do homem, como a informação, a cultura, a arte, etc.”<sup>74</sup>*

---

72 Cf. “I Beni comuni, questi sconosciuti”, disponível em: [http://www.dirittoerovescio.it/?page\\_id=563](http://www.dirittoerovescio.it/?page_id=563), acessado em junho de 2014.

73 Comissão sobre bens públicos instituído pelo Ministério da Justiça em 21 de junho de 2007. Vide nota 9.

74 Guido Viale, *La democrazia dei beni comuni*, Micro Mega on-line, março 2012, disponível em: <http://temi.repubblica.it/micromega-on-line/la-democrazia-dei-beni-comuni-2/?printpage=undefined>, acessado em julho de 2014.

Neste sentido, a gestão dos bens comuns deve ser compartilhada: todos os potenciais utilizadores devem poder participar nas decisões relativas à forma em que o bem é utilizado. Esta forma de gestão exclui a propriedade privada e envolve, tanto na reivindicação quanto no exercício do direito adquirido, formas de controle extenso e de gestão participativa, tornando evidentes os limites da democracia representativa como entendida pelas instituições contemporâneas.

Por isso, a defesa dos bens comuns, que hoje une muitos movimentos sociais, culturais e acadêmicos, não apenas na Itália, mas no mundo,<sup>75</sup> não se qualifica como uma volta ao passado – quando tudo ainda não precisava ser comercializado e privatizado em nome de um progresso entendido como sinônimo de eficiência e lucro – mas leva à necessidade de pensar uma gestão completamente nova, que não seja reduzida a uma simples transferência de propriedade sob o controle do estado. É preciso afirmar a diferença marcante entre o público e o comum: a propriedade “pública” de um bem comum, especialmente se ela é vista como propriedade do Estado ou das suas articulações territoriais, não oferece nenhuma garantia de compartilhamento entre os beneficiários. Comum não é sinônimo de público, especialmente quando público é entendido como “algo que pertence ao Estado”. É preciso ir além da definição das relações entre pessoas e bens, principalmente como uma relação regulada pelo direito de propriedade, esta é uma abordagem obsoleta que responde a um entendimento jurídico tradicional que impede o desenvolvimento de qualquer caminho alternativo. Por estas razões, a definição de novas formas jurídicas torna-se necessária pela fruição do bem comum. É preciso, portanto, definir novas formas, também jurídicas, pela fruição do bem comum.

As ocupações italianas expressam uma revolta à inércia do Estado, assim como uma negação de confiança nas possibilidades de que o Estado possa mudar a própria atitude, posição que aparece evidente nos *slogans* presentes nas duas ocupações:

---

75 Vide por exemplo o caso do Equador com o Flok Society, um projeto de pesquisa, para desenvolver políticas públicas e ações que promovam a economia do conhecimento social. Mais informação disponível em: <http://flokociety.org/>.



Fotos: Palazzo Citterio, Milão “A vossa política cria o vazio” (no alto)  
e Teatro Valle, Roma “Como é triste a prudência, trabalhadores das artes” (abaixo)

A indignação, raiva e frustração que as pessoas sentem convergem em uma força cooperativa e criativa que se expressa através das ocupações dos espaços físicos e na procura nestes espaços de uma ruptura, um êxodo das formas sociais do capitalismo. As ocupações assumem, portanto, o papel de se tornar um instrumento adequado para colocar na agenda o alarme para uma democracia em perigo.

*A ocupação, configurando uma ação da conquista física do espaço, define uma noção intimamente jurídica porque a posse, como situação de facto corresponde à propriedade, é o principal elemento justificativo da mesma. Desta forma a ocupação se capad de afirmar a soberania física, se torna uma força constituinte capaz de subverter a ordem estabelecida.<sup>76</sup>*

Assim, a conquista física do espaço requer a utilização do próprio corpo que remete não apenas à fisicidade, mas também à singularidade de cada um, criando uma multidão feita de muitas individualidades cujas diferenças têm a capacidade de gerar uma potência. Esta potência é algo de incontrolável pelo Estado e pelo capital, remete à dualística definição do trabalho entendido como labor e como fazer<sup>77</sup> e cria um *link* com a questão urbana definida pela extensão das relações sociais que da fábrica saem para a cidade. De acordo com o antropólogo francês Mark Augé “hoje mais do que nunca precisamos de um grande canteiro de obras de emendas, no sentido do trabalho que era próprio das costureiras tempos atrás. Um trabalho de costurar as roupas rasgadas ou cerzir meias com buracos<sup>78</sup> para reconstruir as relações sociais que se criam na cidade contemporânea da forma que esta sendo planejadas, construídas e administradas<sup>79</sup>. São nos encontros, seminários, oficinas promovidas dentro destes espaços sociais que a teoria encontra a prática, em particular sobre as questões de cidadania, bens públicos, do direito. São nestes espaços que se criam novas formas de sociabilidade e novas formas de governança geradoras de um surplus de valor.

“69.300 horas” é o título da investigação conduzida pelos participantes de M<sup>^</sup>C<sup>^</sup>O, e representa o número total de horas gastas por essas pessoas ativamente em Macao. São horas roubadas à “produtividade” do indivíduo tal como visto na limitada relação produtivista mercado/trabalho. Em comparação com a amostra analisada, significa que cada indivíduo acumulou 34 horas de trabalho

---

76 Ugo Mattei, Soggetto politico nuovo – Forza Costituente della ocupação”. Disponível em: <http://doppiocieco2.wordpress.com/tag/diritto/>. O encontro alegre de Antonio Negri, ou Spinoza.

77 Cf. Creating Common Wealth and Cracking Capitalism. A Cross-Reading, de Michael Hardt e John Holloway. Revista Herramienta n. 49, jun-jul 2011. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-49/creating-common-wealth-and-cracking-capitalism-cross-reading>. Acessado em 27 de julho de 2014.

78 Il nostro diritto alla città, disponível em: <http://comune-info.net/2013/03/il-nostro-diritto-alla-citta/>.

79 Il nostro diritto alla città, disponível em: <http://comune-info.net/2013/03/il-nostro-diritto-alla-citta/#comment-239184>, acessado em julho de 2014.

por semana dentro do espaço além das horas de trabalho na sua área de atuação. São estas pessoas, representantes de uma nova classe trabalhadora, assim como foram os artesãos e muitos trabalhadores temporários da Comuna de Paris no século XIX, que produzem, decompõem e reproduzem a vida urbana. Se muitas fábricas desapareceram, junto com elas houve redução da classe trabalhadora industrial, assim como classicamente entendida. Pelo contrário a classe criativa, produtora de um capital cognitivo, alimentadora de uma poderosa economia criativa, principalmente urbana, está se definindo cada vez mais como nova classe econômica e social. Segundo David Harvey: “Muitos deles são precários, muitas vezes móveis, difícil de organizar, de se sindicalizar, uma população que sofre mudanças contínuas, mas que, no entanto, tem um enorme potencial político.”

## Conclusões

Primeiramente com a ocupação do Teatro Valle em Roma, e mais tarde com Macao em Milão e muitas outras ocupações em cinemas, teatros e clubes, estamos assistindo em toda Itália a uma tomada da palavra por parte da geração dos precários, a chamada “geração TQ” (a geração dos Trinta-Quarenta anos). São estes os trabalhadores flexíveis e móveis resultantes da aplicação da Lei Biagi de 2003 que introduziu o *co.co.pro* (contrato de colaboração por projeto, mencionado no início do artigo), que mudou bastante a organização do trabalho na Itália, a maioria das pessoas que estão mobilizando estes espaços, com o apoio de pessoas mais velhos, ou mais jovens.

Nas assembleias dessas novas agregações são discutidas participação, democracia direta; as regras e salvaguardas para garantir a todos a oportunidade e o direito de se expressar e trazer a sua contribuição para o coletivo; assim como é estimulada uma reflexão sobre o significado constitucional da reconquista dos bens das artes e da cultura como comum e a definição jurídica deles, o que parece constituir avertência específica italiana. Além disso, estes “vagalumes” dentro dos próprios “encontros alegres” nas “áreas obscuras” da cidade estão trazendo à superfície vários elementos da vida urbana contemporânea como confirma a chamada ao seminário nacional *Fare Pubblici, forme di rappresentazione e nuove cartografie della città esposizione* (Fare Pubblici – Formas de representação e novas cartografias da cidade Exposição) ocorrido em Milão em abril de 2014. “Tentamos entender como as pessoas, que constituem o público, lidam com uma



série de aspectos, entre os quais: a produção cultural, tempo, território, as relações humanas e ao imaginário.”<sup>80</sup>

A lentidão gradualmente prevalece sobre a velocidade, torna o tempo mais humano; tenta acalmar o conflito entre as próprias paixões e as próprias obrigações produtivas; cria uma ruptura com as formas temporais impostas pela produção industrial. O consumo compartilhado quebra a obrigação de linkar o tempo exclusivamente a uma função produtiva definida dentro dos parâmetros capitalistas do mercado. Não surpreende que uma exortação comum como “Vai trabalhar!” cause revolta a este tipo de subversivo. Assim como não é novidade que a mídia ao redor do mundo continue a definir estas mulheres e homens que participam destas experiências de êxodo e que muitas vezes são os mesmos que ocupam as ruas de várias cidades, como meninos, apesar deles serem mulheres e homens adultos.

A reapropriação compartilhada de um bem comum, mesmo o mais geral e abrangente como a cultura, para torná-lo acessível a todos, é um processo que requer, e ao mesmo tempo promove, a ‘territorialização’ de processos (SANTOS, 2006). A defesa dos bens comuns leva a uma relação com o mundo dos objetos e o ambiente físico em que vivemos menos instrumental, menos cínico, que vise menos a um mero funcionalismo para incluir a dimensão afetiva, emocional, estética e nisso se aproxima do direito à cidade e assim como definido por David Harvey (2008), não apenas como “o direito de controlar os processos de urbanização, mas o direito de transformar a nós mesmos transformando a cidade para adequá-la aos nossos desejos.”

Concluindo, podemos dizer que, se o capital exercita o próprio biopoder sobre a vida dos indivíduos, os indivíduos demonstram a própria capacidade de resistência à produtividade urbana através da biopotência na união do trabalho vivo de cada singularidade, criando um reconhecimento político baseado na heterogeneidade e no entendimento da democracia como expressão real da diferença da multiplicidade.

## Referências

ANDREOTTI, B. *Biopoder, Biopolítica e Multidão: Uma análise do desdobramento conceitual de Foucault em Antonio Negri*, 2012. Disponível em: <http://periodicos>.

---

80 Disponível em: <http://www.macaomilano.org/appuntamenti/fare-publici>, acessado em julho de 2014.

uniso.br/ojs/index.php?journal=reu&page=article&op=view&path%5B%5D=645, acessado em: julho de 2014.

BOTERO, C.; DURAN S.; GUTIERREZ B.; SAENZ P.; SOLER P.; VILA D. *Cultura libre y abierta. Propuestas de política pública para la economía social del conocimiento*. Disponível em: [https://flokksociety.co-ment.com/text/tLUaKJev7zt/comments\\_frame/4u8kTPuF7nL/?](https://flokksociety.co-ment.com/text/tLUaKJev7zt/comments_frame/4u8kTPuF7nL/?), 2014.

CASANOVA Stua L. *Un ritratto. Chi sono i Lavoratori dell'arte di Macao?* Publicado in AffarItàliani.it, disponível em Italiano em: [http://www.affarItàliani.it/Milão/il-ritratto-chi-sono-i-lavoratori-220512.html?refresh\\_ce](http://www.affarItàliani.it/Milão/il-ritratto-chi-sono-i-lavoratori-220512.html?refresh_ce), 2012.

COMUNIAN, R. *Rethinking the creative city: the role of complexity, networks and interaction in the urban creative economy*. *Urban Studies*, 48(6), 2010.

FLORIDA, R. *The rise of the creative class*. Ed. Paperback, 2002.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FUCHS, C. Cognitive capitalism or informational capitalism? The role of class in the information economy. In: *Cognitive capitalism, education and digital labor*, Michael Peters e Ergin Bulut (eds.), Nova York: Peter Lang, 2011.

HARVEY, D. The right of the City, *New Left Review* 53, September-October 2008. Disponível em: <http://newleftreview.org/II/53/david-harvey-the-right-to-the-city>.

\_\_\_\_\_. *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*, Ed. Verso, 2012.

HARDT, M.; HOLLOWAY, J. Creating Commonwealth and Cracking Capitalism. A Cross-Reading. *Revista Herramienta* n. 49, jun-jul 2011. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-49/creating-common-wealth-and-cracking-capitalism-cross-reading>, acessado em 27/07/14.

HARDT M.; NEGRI A. *Multitude: War and Democracy in the Age of Empire*. Hamish Hamilton, 2005.

LAZZARATO, M. *As Revoluções do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. Trabalho e capital na produção dos conhecimentos: uma leitura através da obra de Gabriel Tarde. In: Giuseppe Cocco, Alex Patez Galvão, Gerado Silva (orgs.). *Capitalismo Cognitivo. Trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

MATTEI, U. *Soggetto politico nuovo – Forza Costituente della occupazione*, 2012. Disponível em: <http://doppiocieco.blogspot.com.br/2012/05/forza-costituente-delloccupazione.html>.

MONTARULI, V. *La funzione sociale della proprietà nella Costituzione Italiana e nella Convenzione europea per La salvaguardia dei diritti dell'Uomo*, 2008. Disponível em: <http://www.diritto.it/docs/26291-la-funzione-sociale-della-proprietà-nella-costituzione-Italiana-e-nella-convenzione-europea-per-la-salvaguardia-dei-diritti-dell-uomo>.

NEGRI A.; HARDT M.; HARVEY, D. Commonwealth, an exchange, *Artforum* 48, n.3, p. 210-221, 2009.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SZANIECKI B. *Outros monstros possíveis: disforme contemporâneo e design encarnado*. São Paulo: Ed. Annablume, 2014.

VIALE, G. *La democrazia dei beni comuni*, março de 2012. Disponível em: <http://temi.repubblica.it/micromega-on-line/la-democrazia-dei-beni-comuni-2/?printpage=undefined>, acessado em: julho de 2014.

#### *Páginas on-line:*

FATTI BENE. COSTITUENTE DEI BENI COMUNI, assemblea #5 e redigentesuindividuaione, affermazione e governo dei benicomuni. Conflitto e praticedelladecisione 2014, disponível in Itálio in <http://www.exasilofilangieri.it/2014/05/10/sabato-10-5-fatti-bene-costituente-dei-beni-comuni-napoli/>

I BENI COMUNI, QUESTI SCONOSCIUTI, Sulladefinizionedibenicomuni. Disponível in Itálio in [http://www.dirittoeroveschio.it/?page\\_id=563#fnref-563-4](http://www.dirittoeroveschio.it/?page_id=563#fnref-563-4)  
Documento dei Lavoratoridell'Arte (publicatoil 22/07/2011)

<http://www.undo.net/it/my/d903714347694af092af40046b9d45b2/54/117>

Comunicato dei Lavoratoridell'Arte (publicatoil 25/09/2011)

<http://www.undo.net/it/my/d903714347694af092af40046b9d45b2/55/118>

Il nostro diritto alla città, Disponível in Itálio in: <http://comune-info.net/2013/03/il-nostro-diritto-alla-citta/#comment-239184> acessado em Julho 2014

Macao, chemacello! 2013. Publicado in Exibart, disponível in Itálio in <http://www.exibart.com/notizia.asp?IDCategoria=1&IDNotizia=39348>

Macao, 2012.Publicado in Struggles in Italy, disponível in English in <http://strugglesinitaly.wordpress.com/2012/05/23/en-macao/>acessadoJulho 2014

Macao belongs to everyone, let's protect it!,2012. disponível in English in <http://art-leaks.org/2012/05/12/macao-belongs-to-everyone-lets-protect-it/>

TV- TEATRO VALLE (OCCUPATO), 2013. Disponível in English in

<http://fforfuture.wordpress.com/2013/01/11/tv-come-teatro-valle-occupato/>

Commissione Rodotà – per la modifica delle norme del codice civile in materia di beni pubblici (14 giugno 2007) – disponível in Italiano, [http://www.giustizia.it/giustizia/it/mg\\_1\\_12\\_1.wp?previousPage=mg\\_1\\_12&contentId=SPS47624](http://www.giustizia.it/giustizia/it/mg_1_12_1.wp?previousPage=mg_1_12&contentId=SPS47624)

69300 ORE. La produzione artistica e culturale nella città fabbrica. Sistemidicattura e praticedilotta. Disponível in Italiano in [http://issuu.com/macaoMilão/docs/69300\\_ore?e=6047552/8132068#search](http://issuu.com/macaoMilão/docs/69300_ore?e=6047552/8132068#search)

Lavoratoridell'Arte, 2011. Uma serie de documentos disponíveis in Italiano sobre o processo de definição dos trabalhadores das artes <http://www.undo.net/it/my/d903714347694af092af40046b9d45b2>

*Le lotte per i benicomunimuovonoildiritto* disponível in Italiano in <http://www.teatrovalleoccupato.it/le-lotte-per-i-beni-comuni-muovono-il-diritto-rassegna-stampa-aggiornata-al-21-febbraio> acessado Julho 2014

#### *Websites:*

<http://flokociety.org/>

<http://furiacervelli.blogspot.com.br/p/scoop.html>

<http://www.teatrovalleoccupato.it/>

<http://comune-info.net/>

<http://www.macaoMilão.org/>

<http://www.domusweb.it/en/art/2012/05/12/macao-chronicle-of-an-occupation.html>

■.....**Laura Burocco** é pesquisadora em Políticas Urbanas e Desenvolvimento. Nascida na Itália, morou no Rio de Janeiro entre 2004 e 2011, período em que coordenou um projeto sobre gênero e direito à moradia do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE. Entre 2012 e 2014, residiu na África do Sul, em Johannesburgo, atuando no IBSA Working Group in Human Settlements (Grupo de Trabalho em Assentamentos Informais entre Índia, Brasil e África do Sul), do South African Cities Network – Sacities. É formada em Direito pela Universidade de Milão, possui especialização em Políticas Internacionais e Desenvolvimento pela Universidade de Roma, pós-graduação em Sociologia Urbana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e um MBE em Habitação pela Universidade de Witwatersrand – WITS, de Johannesburgo. Atualmente é doutoranda pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ECO/UFRJ.